

OS CAMINHOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFPB

Ana Lúcia F. de Queiroga - IFPB

Dannilo José Pereira - IFPB

Simone Fernandes da Silva - IFPB

Resumo: O presente artigo evidencia o processo de inserção da extensão no currículo dos PPCs de graduação, no contexto do IFPB, compreendida a extensão como princípio formativo indissociável do ensino e da pesquisa, bem como apresenta as concepções de extensão e os caminhos para a sua implementação. Nessa perspectiva, a extensão passa a constituir parte da dinâmica pedagógica curricular do processo formativo e de produção do conhecimento. Este é um estudo bibliográfico e descritivo acerca da base conceitual da extensão no Brasil, que alicerça as práticas extensionistas nos cursos de graduação, refletindo sobre o processo de curricularização, que tem se constituído um desafio para as instituições de ensino superior. Descreve o processo de curricularização no IFPB, a partir do diálogo com as discussões nacionais articuladas pelo FORPROEX, CONIF e dispositivos legais vigentes. Conclui que não existe um único caminho para a curricularização da extensão nem uma única concepção, mas o entrelaçamento dessas concepções que podem gerar conhecimentos diversos. Entende como possibilidade partir das práticas extensionistas que vêm sendo desenvolvidas na instituição, bem como o fortalecimento da formação docente, da relação com os setores sociais e o engajamento da comunidade acadêmica, visando a uma nova cultura que articule a tríade ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Extensão; Curricularização; Indissociabilidade.

EXTENSION CURRICULARIZATION PATHS IN IFPB

Abstract: The present article highlights the extension process in the curriculum of the Pedagogical Plans, concerning the Courses in the context of IFPB, understood the extension as a formative principle, being inseparable from both teaching and research. Besides, it presents the extension conceptions and the paths for its implementation. Following this perspective, extension becomes part of the curricular pedagogical dynamics of the formative process and knowledge production. We point out that this is a bibliographic and descriptive study on the conceptual basis of extension in Brazil, which supports extension practices in superior courses, reflecting on the curricularization, which has been a challenge for higher education institutions. The curricularization process at IFPB is described, based on the dialogue with the national discussions articulated by FORPROEX, CONIF and current legal provisions. As to its results, we point out that there is no single path for the curricularization of extension nor a single conception, but the intertwining of these conceptions that can generate diverse knowledge. It is understood as a possibility to start from the extension practices that have been developed in the institution, as well as the strengthening of teacher training, the relationship with the social sectors and the engagement of the academic community, aiming at a new culture that articulates the triad known as teaching, research and extension.

Keywords: Extension; Curricularization; Indissociability.

INTRODUÇÃO

Este texto objetiva contribuir para a discussão da inserção da extensão nos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e, conseqüentemente, para a efetivação de práticas curriculares extensionistas. Espera-se, ainda, que contribua com a promoção deste debate de creditação de experiências de extensão, de democratização do conhecimento, consolidação da extensão na formação de nossos estudantes e a necessária aproximação da instituição com a sociedade.

A curricularização da extensão constitui-se no processo de incorporação de atividades no currículo dos cursos de graduação para o exercício da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, a legislação garante a inserção de, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação, voltadas às áreas de “grande pertinência social” para essas ações que devem fazer parte da matriz curricular.

A extensão pode ser apresentada como “mão única”, “mão dupla” e, ainda, uma terceira possibilidade, conforme afirmam Melo Neto, Melo e Queiroga (2022), como um trabalho social (pois envolve pessoas) e útil (devido à necessidade de uma aplicação), permeado de uma intencionalidade criadora de cultura, promotora de mudanças e de emancipação humana.

Percebe-se que existem diversas concepções de extensão que, ao interagirem, além de possibilitar a produção de conhecimento, podem nortear a prática extensionista nas instituições de educação, não existindo, assim, um único caminho para a curricularização da extensão. Acredita-se que as práticas extensionistas implementadas no Instituto podem ser ponto de partida, aliada à formação continuada docente, ao fortalecimento da relação com os setores sociais e ao envolvimento da comunidade acadêmica, contribuindo, dessa forma, com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Concepções de Extensão

Sobre a extensão no Brasil, percebe-se que não existe uma única concepção, visto que esta expressa a visão de universidade e de sociedade. Há a concepção de extensão universitária com um viés assistencialista de “**mão única**”. Outra visão reforça a extensão universitária como prestadora de um serviço, mas que também se utiliza do saber da comunidade, na perspectiva de “**mão dupla**”. Essa compreensão de extensão ressalta um retorno à universidade como se aí estivesse o espaço para a reflexão teórica. E o local onde se realizam as atividades de extensão também não seria um espaço para reflexão? Essas visões evidenciam a busca de resolução paliativa dos problemas da comunidade, sem cumprir de forma plena a sua função social, que se revela no compromisso com a sociedade, na produção de conhecimento vinculada às necessidades do povo, cujo desafio é produzir e sistematizar o conhecimento no âmbito da extensão.

Ressalte-se o cuidado com o que tem ocorrido com frequência nas universidades: um processo “ofertista” de extensão – cursos são disponibilizados a partir do conhecimento de que se produz na instituição de ensino, na concepção da prática extensionista como “**mão única**”.

De acordo com Melo Neto (1997, p. 28), os conceitos de extensão não podem fixar-se como uma via de “mão única”, considerando que, nessa compreensão, está implícita a concepção autoritária do fazer acadêmico, em que a universidade “sabe” e vai levar algum conhecimento àqueles que “nada sabem” – à população ou à classe trabalhadora.

Outra concepção bastante difundida de extensão universitária é a do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX):

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da **indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REPCT), no artigo 7º, inciso IV, um dos objetivos dos Institutos Federais é desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008, art. 7º).

Com a criação do CONIF, surge o Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT). O FORPROEXT, com a finalidade de construção e sistematização de diretrizes para as atividades Extensionistas na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT) “sob as premissas da nova Institucionalidade que passaria a incorporar a Educação Profissional, o Científico e o Tecnológico” (FORPROEXT, 2013, p. 5). A partir dessa nova configuração da educação profissional, surge um novo conceito de extensão que se aproxima dos objetivos da EPCT e que, também, não se distancia da definição de Extensão Universitária, trazida pelo FORPROEX.

No âmbito da Rede Federal de Educação, utiliza-se a extensão tecnológica a partir do conceito de extensão universitária, alinhada aos princípios e finalidades da Rede Federal de EPCT. Apesar das aproximações entre extensão universitária e **extensão tecnológica**, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (CONIF) aponta diferença entre esses conceitos, no que diz respeito a melhorar o entorno dos *campi*, por meio do diálogo com os setores sociais e de ações de intervenção, visando potencializar os arranjos produtivos e socioculturais locais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Para se ter uma ideia, no documento intitulado “Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica”, construído pelo CONIF (2013), há uma ênfase na diretriz da competência da Extensão Tecnológica definida como a capacidade de integrar os setores sociais com o mundo do trabalho na produção e na difusão de conhecimentos tecnológicos, visando ao desenvolvimento local e regional, a partir de uma educação profissional que não esteja atrelada, apenas, aos interesses mercadológicos, mas sim a uma concepção que considere o mundo do trabalho como um dos campos de atuação no qual a extensão pode retroalimentar o ensino e a pesquisa. No âmbito da extensão tecnológica, a prestação de serviços pode se realizar por meio de empresas juniores, escritórios modelo, *startups*, incubadoras e outras iniciativas de servidores para atender a demandas dos mais diversos setores da sociedade.

Ampliando a visão difundida pelo FORPROEX, interlocutor da sociedade civil, a extensão universitária inclui o **trabalho** das pessoas que estejam envolvidas nessas atividades, bem como na realidade em que ocorre a ação extensionista. Um trabalho em que não se promova um produto alienado nem a alienação de si mesmo. Nessa perspectiva, a extensão não é um pedaço do ensino ou da pesquisa, ela é um espaço de realização de ações propulsoras de transformações. É o ambiente de atividades e projetos que fazem a articulação entre ensino e pesquisa, sob a organização de professores, estudantes e técnicos administrativos em educação, com a participação da sociedade. A extensão consiste em um eixo de articulação entre o ensino e a pesquisa para superar o tripé apartado, equilibrando as três dimensões. Para tanto, é fundamental privilegiar os sujeitos históricos nesse processo.

Após um olhar sobre esses conceitos de extensão ao longo do tempo, percebe-se um avanço na sua integração com o ensino e a pesquisa no currículo, agregando-se outros elementos que possam fortalecer a relação instituição de educação e setores da sociedade, numa configuração mais dialógica e de intervenção participativa, no sentido de transformação social.

O FORPROEX reconhece o avanço na institucionalização da extensão e define como diretrizes básicas para ações de extensão universitária: a) **interação dialógica** – pressupõe o diálogo e a troca de saberes entre Universidade e sociedade, numa ação de mão dupla, de modo que, dessa interação, resulte um novo conhecimento que “contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática” (p.18); b) **interdisciplinaridade e interprofissionalidade** – teoria e prática precisam estar articuladas, visando à efetividade das ações extensionistas, considerando a complexidade da realidade social como um todo, bem como as particularidades de uma realidade; c) **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** – é um processo acadêmico, no qual o estudante é protagonista da sua formação técnica e cidadã, assim como os demais envolvidos nas ações extensionistas. Nesse processo, ampliam-se os espaços de aprendizagem, não se limitando apenas ao espaço físico da sala de aula, mas também a outros ambientes onde ocorra aprendizagem, assim como produção de conhecimento; d) **impactos na formação do estudante** – gerados pelas ações extensionistas ao possibilitar a ampliação da visão de mundo e pelo contato com problemas reais da sociedade, permitindo “o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira” (p. 20) e outras instituições de educação que fazem extensão; e) **impacto e transformação social** – de caráter político, considerando que se almeja a transformação da realidade: “A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da *polis*, a comunidade política” (p. 21). Por fazer parte da sociedade, a Universidade também precisa ser impactada.

Nessa perspectiva, a indissociabilidade do ensino e da pesquisa científica e tecnológica, por meio da extensão, também está regulamentada nos dispositivos jurídicos nacionais, a exemplo da Constituição Federal, art. 207, da Lei 9.394/96, no art. 43, inciso VII, da Lei nº 13.005/2014, Plano Nacional de Educação, e da Resolução CNE/CES nº 7/2018, Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Esse arcabouço legal assegura a destinação de créditos curriculares exigidos para a graduação, em programas e projetos de extensão.

Pela indissociabilidade, um projeto ou um programa a ser executado pela extensão contempla ensino e pode também gerar questões a serem abordadas pela pesquisa. A extensão, assim, alimenta o Ensino e a Pesquisa.

Caminhos para Curricularização da Extensão no IFPB

A inserção da extensão no currículo do Instituto Federal da Paraíba se alinha ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2020-2024), que institui a sua Política de Extensão e Cultura (p.145). Esta se associa à articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental, junto às áreas de abrangência social, na perspectiva do desenvolvimento local e regional. Além disso, propõe-se a ser (Resolução CNE/CES nº 7/2018) “um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção (a pesquisa) e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino”. Atende à legislação específica – Resolução nº 34/2022 CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 05 de setembro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes para a curricularização da extensão, no âmbito do IFPB.

Para a curricularização da extensão, as normativas aqui apresentadas indicam três caminhos. O primeiro, a criação de um componente curricular específico com metodologias próprias; o segundo, o direcionamento de parte da carga horária das disciplinas do curso para ações extensionistas; o terceiro, a ocorrência, de forma híbrida, ou seja, definir disciplinas específicas e direcionar parte da carga horária de disciplinas do curso para essas atividades extensionistas. Estas atividades precisam ser desenvolvidas durante o curso, estando vinculadas a programas ou a projetos, por meio de editais da Instituição.

No primeiro procedimento sugerido, a criação de um componente específico de extensão precisa contemplar fundamentos histórico-teóricos da extensão, também aspectos práticos com a inserção dos estudantes, professores e setor social (comunidade). Na segunda alternativa, que é o direcionamento de parte da carga horária das disciplinas do curso para ações extensionistas, a característica essencial seria avançar na interação de estudantes e professores com a realidade, a partir de questões desafiadoras, visando ao desenvolvimento de projetos aplicados à solução de problemas.

Dessa forma, o FORPROEX orienta que, no desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais, o cerne das atividades deve ser o diálogo e a troca de saberes. Um processo em que o diálogo está em primeiro lugar, conforme orienta Paulo Freire; um ambiente em que se aprende e se ensina ao mesmo tempo. Um espaço pedagógico de formação entre o ambiente acadêmico, estudantes e comunidade.

A curricularização da extensão é também uma oportunidade para o desenvolvimento de projetos integradores, que aliem a tríade ensino, pesquisa e extensão e possibilitem a inter-relação entre os conhecimentos. O projeto integrador é uma estratégia pedagógica que pode contribuir com o desafio de despertar o interesse e o engajamento dos estudantes, materializando a teoria na prática de forma interdisciplinar, por meio do contato direto com problemas reais da comunidade, cuja experiência fará parte do seu percurso formativo.

O processo de inserção da extensão no currículo busca objetos para a pesquisa e o ensino, em um movimento dialético de construção do currículo. A inserção não se trata somente de uma questão técnica, mas abre uma janela de oportunidade para as instituições de ensino de graduação dialogarem sobre as concepções de sociedade, de educação e de extensão, visto que o SABER não é somente para ascender socialmente, mas no projeto de sociedade que se almeja.

Trata-se da educação compreendida como forma de superação das desigualdades sociais. A extensão manifesta-se como um processo educativo se concebida como resultante do processo de criação e recriação de conhecimentos que caminhem na direção da transformação (MELO NETO, 2014).

A importância dessa visão de extensão é que coloca a Instituição em contato com o conhecimento da sociedade, bem como leva o conhecimento sistematizado ao âmbito dela. É a criação de uma sintonia de ações extensionistas que se realizam por meio do ensino à sociedade, que também aprende nessa relação educativa a trabalhar com práticas extensionistas com o outro – um fazer com o outro, possibilitando a criatividade de todos os participantes para ficarem atentos à realidade em futuros projetos de pesquisas. Uma aprendizagem que tem origem na realidade.

A extensão, assim realizada, certamente contribuirá para uma maior abertura do Instituto à sociedade e desta ao Instituto, numa completa sintonia do processo de ensinar e de aprender, num dos espaços em que a Instituição coloca em exercício sua função social.

Materialização da extensão no IFPB

O desenvolvimento de programas e projetos de extensão como uma das finalidades institucionais surge com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET– PB) em Instituto Federal da Paraíba – IFPB, incorporando novos desafios e responsabilidades.

Observa-se que, enquanto CEFET– PB, conforme PDI 2005 – 2009, a extensão era assumida em uma vertente mais restrita, limitando-se à extensão na área tecnológica, como observado em sua Missão:

Formar profissionais competentes, polivalentes e capacitados para o exercício pleno da cidadania, em sintonia com o mundo do trabalho, atuando como um Centro de Referência em ensino, pesquisa e extensão na área tecnológica (PDI CEFET – PB, 2005 – 2009, p. 13).

Na ocasião, a extensão objetivava prestar serviços de consultoria, assistência técnica e tecnológica ao setor produtivo e à comunidade em geral, além de oferecer educação continuada, proporcionando atualização e aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica, em sintonia com o mundo do trabalho. As ações visavam contribuir para a redução do índice de exclusão social, atuando em comunidades de pescadores, áreas indígenas e bairros periféricos da capital. A implementação e o acompanhamento das atividades de extensão ficavam a cargo da Diretoria de Extensão e Assuntos Comunitários – DIREC e do Núcleo de Extensão e Educação Profissional – NEEP.

Como IFPB, a partir de 2010, a extensão atinge um novo patamar institucional: é criada a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) e definido um Plano de Desenvolvimento da Extensão, com o estabelecimento de metas anuais e formas de acompanhamento, alinhadas às recomendações do FORPROEX. É criado, também, em 2011, o Comitê de Extensão do IFPB, visando auxiliar a PROEXT na definição e na implantação das diretrizes gerais para a política de extensão.

Por sua vez, com a publicação da meta 12.7 do PNE 2014 – 2024 e a Resolução CNE/CES nº 7/2018, o IFPB avança em relação à inserção da extensão no currículo em todos os seus cursos regulares, como uma das metas institucionais, de forma obrigatória aos cursos superiores, por meio das diretrizes para a curricularização da extensão, Resolução nº 34/2022 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Com relação à sua efetivação, os Planos Pedagógico dos Cursos – PPCs de graduação orientam como desenvolver ações extensionistas nessa busca necessária da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Um outro referencial orientador da curricularização da extensão na Rede Federal é o documento construído pelo CONIF, definindo que as atividades extensionistas deverão ser desenvolvidas, preferencialmente, por meio de programas e projetos interdisciplinares que promovam a integração entre diferentes áreas do conhecimento e possibilitem ao estudante uma formação integral. Nesse sentido, estabelece que o processo de efetivação passa, essencialmente, pelos atos de qualificar e consolidar a inserção curricular da extensão e pelo seu papel na formação dos estudantes e na missão institucional. Para isso, implementar a curricularização da extensão requer diálogos e reflexões, identificando-se projetos institucionalizados, passando pela formação de professores e envolvimento de todos os sujeitos.

No que se refere à formação de professores, será necessário incluir os conhecimentos das concepções e fundamentos da extensão, além de normativas vigentes, em especial, o PPC. Outra ação institucional que pode ser realizada é o mapeamento de professores extensionistas ou que tenham interesse em participar desses projetos, aliada à formação didático-pedagógica. Fortalecer o engajamento dos estudantes no planejamento e na efetivação dos projetos de extensão, junto aos setores sociais, sob a orientação de professores dos cursos, também é uma iniciativa válida no âmbito de formação de professores, no sentido de se contribuir para a efetivação da extensão no IFPB. Inicialmente, os estudantes, por meio do diálogo, precisam conhecer os anseios/demandas da comunidade e seu potencial criativo. Tal caminho se aplica a todas as possibilidades das ações extensionistas.

Posteriormente, é necessário que professores e estudantes conheçam as instituições parceiras, para levantamento de suas demandas e saberes, alicerçando suas experiências do fazer cotidiano e perspectivas para serem desenvolvidas em projetos de pesquisa. Então, a tarefa é fazer com que os estudantes assimilem um conhecimento pela interação na realidade vivida, de forma crítica, e que estes contribuam para a materialização de valores éticos, como a solidariedade, o compromisso social e a promoção da democracia.

Um caminho metodológico para a curricularização da extensão baseia-se na pesquisa participativa que amplia a interação entre pesquisadores e comunidade, buscando um envolvimento de forma ativa dos grupos populares em todo o processo da investigação, considerando seus saberes no desenvolvimento da pesquisa. Segundo Triviños (1987, p. 55), a pesquisa participante “pode prestar-se melhor a um enfoque dialético, histórico-estrutural que tenha por objetivo principal transformar a realidade que se estuda”.

Segundo Gil (2002, p. 56),

(...) a pesquisa participante mostra-se bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos e por essa razão tem-se voltado sobretudo para a investigação junto a grupos desfavorecidos, tais como os constituídos por operários, camponeses, índios etc.

Ressalte-se que, em processos de pesquisa-ação e da pesquisa participativa, pode ser utilizada a escuta sensível, que permite adentrar nos sentimentos, escolhas e implicações pessoais, bem como dimensionar o impacto do acolhimento institucional.

Significa compreender por empatia e estabelecer uma relação de confiança com o grupo de pesquisa. A sensibilidade na educação, à qual se refere Barbier (1998, p.183), permite aprimorar a percepção, desembaraçar-se de preconceitos e, fundamentalmente, compreender a realidade. A sensibilidade dota o indivíduo da possibilidade de sentir, em grau mais alto, o real, o mundo em que vivemos.

A perspectiva científico-clínica da escuta sensível, segundo Barbier (2002), acontece durante a avaliação inicial do grupo, visando diagnosticar suas necessidades, e considera os sujeitos de forma holística, em suas dimensões física, mental e espiritual. O autor salienta a importância em reconhecer os desejos, as intenções, as estratégias, as possibilidades do sujeito no desenvolvimento coletivo. O sujeito, para o autor, pode ser um indivíduo ou grupo, e o pesquisador também pode ser um grupo pesquisador. O termo coletivo significa junto com o outro. O pesquisador implicado reconhece seu lugar na organização social e os interesses que orbitam ao seu redor. A sua implicação implica o outro.

Na curricularização da extensão, o currículo é visto como gerador de um produto, seja conhecimento teórico ou prático, que precisa ser gerenciado pelos produtores principais: instituições de ensino superior (sujeitos) e setores sociais. Tudo isso pode ser vivido em grupos de pesquisas existentes ou novos grupos do Instituto, fazendo-se cumprir o papel da extensão de promover a indissociabilidade do ensino e pesquisa, além de conduzir para possibilidades de transformações do ambiente em que se inserem esses projetos, fortalecendo-os. Estes precisam ir além da prestação de serviço tecnológico, que se constitui como uma das ações extensionistas.

Dessa maneira, abrem-se caminhos para projetos do Instituto e da sociedade, na direção de criação de empresas solidárias (coletivas) e o surgimento de Núcleos Acadêmicos de Ensino, Pesquisa Científica e Tecnológica, nas várias áreas já definidas em resoluções institucionais, ampliando-se a prática extensionista que o IFPB já vem desenvolvendo, por meio de atividades associadas a Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços, envolvendo públicos diferenciados.

CONSIDERAÇÕES

A produção deste artigo teve início nas discussões entre professores e equipe pedagógica nas Comissões de elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos no IFPB, culminando com o “Encontro Pedagógico 2022 – Curricularização da Extensão: concepções e práticas”. Neste encontro, foram realizadas palestras com professores de instituições de educação superior e o compartilhamento de práticas extensionistas desenvolvidas por professores e professoras do IFPB.

As ações de extensão no IFPB – *Campus* João Pessoa já estão definidas em alguns Planos Pedagógicos de cursos superiores de tecnologia e licenciatura, entretanto, expõe o desafio de colocar a extensão em ação, de forma que essa prática extensionista impacte na formação discente, ampliando o papel dos Institutos na articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, contribuindo com o processo de transformação social.

Destaque-se que não há como falar em extensão dissociada de ensino e da pesquisa, por se configurar como elo entre a sociedade e a universidade e por prestar serviços a diferentes grupos da sociedade civil.

Assim, a extensão se configura como importante política pública de Estado a exigir uma ação com o envolvimento de diversos setores da sociedade.

Conforme Santos (2008, p. 66):

A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o sector público; o sector privado. Para além de serviços prestados a destinatários bem definidos, há também toda uma outra área de prestação de serviços que tem a sociedade em geral como destinatária. A título de exemplo: “incubação” da inovação; promoção da cultura científica e técnica; atividades culturais no domínio das artes e da literatura.

Na perspectiva da indissociabilidade, a concepção de extensão enquanto **trabalho** possibilita a busca por objetos de pesquisa para a construção do conhecimento novo, a partir da realidade. Esses objetos, por sua vez, são também os componentes da outra dimensão da universidade, o ensino.

A questão da articulação ensino, pesquisa e extensão precisa, então, ser repensada nos Institutos Federais, pois, se a extensão tecnológica tem como ponto de partida o conhecimento da realidade local para o desenvolvimento de suas atividades, da mesma forma, a pesquisa precisa ser demandada pela realidade das comunidades, em que estão inseridos os *campi*. A partir dessa compreensão, a prática extensionista prescinde da pesquisa.

Nesse sentido, espera-se que este estudo contribua para o debate e a implementação da curricularização e, conseqüentemente, de uma cultura extensionista, visto que parte dos professores do *Campus* João Pessoa, por não estarem inseridos em projetos de extensão, não tiveram a oportunidade de interagir de forma dialógica com os setores da sociedade para identificação de demandas. Essa dificuldade de entender e praticar a Extensão vai na direção da afirmação de Garces *et al.* (2018) de que a extensão não recebeu a devida atenção ao longo dos anos e nunca foi realmente equiparada ao Ensino e à Pesquisa; a indissociabilidade não acontece, na prática, nas instituições de ensino.

Dessa forma, nesse processo da curricularização da extensão, não há um caminho único, visto que as instituições de educação superior têm autonomia para desenvolver seus projetos, considerando suas peculiaridades. Para tanto, pressupõe o envolvimento da comunidade acadêmica, visto que requer mudanças estruturantes e uma nova cultura universitária.

Por fim, a curricularização da extensão não pode significar um mero cumprimento aos dispositivos legais, como afirma Ferreira (2022). É preciso reconhecê-la como dimensão acadêmica, necessária à qualificação profissional, considerando a dialogicidade, a interdisciplinaridade e a interação transformadora com sujeitos internos e externos às instituições de educação superior. Estes são os seus fundamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília, DF, 18 dez. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. *In*: BARBOSA, Joaquim (Coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Plano Editora, 2002.

CEFET– PB. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2005-2009)**. João Pessoa: CEFET– PB, 2005. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/PlanoDesenvolvimentoInstitucional_PDI.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

CONIF. **Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: CONIF, 2020. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-curricularizacao-da-extensao---fde-e-forproext_aprovado_agosto_2020.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. **Resolução CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB N° 34/2022, de 05 de setembro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes para a curricularização da extensão, no âmbito do IFPB**. João Pessoa: IFPB, 2022.

FERREIRA, Olgamir Amancia. **Extensão Passa a Ser Obrigatória nos Currículos de Graduação em 2023 [Entrevista cedida a] Revista Extensão.** Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2022. 22. ed., v. 1, julho. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/revistaextensao/article/view/3069/1755>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** 2012 Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2021/12/PNEU.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

FORPROEXT. **Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Cuiabá, CONIF/IFMT, 2013.

GARCES, Solange Beatriz Billig. *et al.* **Reflexões Sobre a Curricularização da Extensão.** 2018. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2018/3%20-Mostra%20de%20Trabalhos%20da%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20e%20P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o/Trabalhos%20Completos/REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20A%20CURRICULARIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20EXTENS%C3%83O.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. IFPB. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024). Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb20202024.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Universitária: uma avaliação de trabalho social.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular.** 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MELO NETO, José Francisco de; MELO, Janaina Clara de; QUEIROGA, Ana Lúcia Ferreira de. **Extensão Popular: um trabalho para emancipação humana** *In:* CANANÉA, Fernando Abath (Org.). **Práticas e Saberes na Pandemia – a arte do fazer dialógica.** João Pessoa: Ideia, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. *In:* ALMEIDA FILHO, Naomar de; SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova.** Coimbra: Almedina, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** Atlas, 1987.